



CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS-MG

CNPJ/MF: 20.571.501/0001-35
www.bonfinopolisdeminas.mg.leg.br

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 01/2026

Dispõe sobre a criação, a estrutura e o funcionamento da Ouvidoria Parlamentar da Câmara Municipal de Bonfinópolis de Minas.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele, em seu nome, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º A Ouvidoria Parlamentar da Câmara Municipal de Bonfinópolis de Minas é criada e organizada nos termos desta Resolução, tendo seu funcionamento vinculado à sua Presidência,

Art. 2º A Ouvidoria Parlamentar é um órgão de interlocução entre o Poder Legislativo Municipal, o cidadão e a sociedade, constituindo-se em um canal aberto para o recebimento de reclamações, denúncias, sugestões, elogios e quaisquer outras manifestações, desde que relacionados ao funcionamento da Câmara Municipal de Bonfinópolis de Minas.

Art. 3º São atribuições da Ouvidoria Parlamentar:

I - promover a participação do cidadão junto à Câmara Municipal, em cooperação com outros órgãos da Administração voltados a defesa do usuário;

II - receber, analisar e encaminhar às autoridades competentes as manifestações, acompanhando o tratamento e a efetiva conclusão das manifestações, perante a Câmara Municipal; e

III - promover a adoção de mediação e conciliação entre o cidadão e a Câmara Municipal, sem prejuízo de análise da matéria por outros órgãos competentes.

Art. 4º Compete à Ouvidoria Parlamentar, no exercício de suas atribuições institucionais:

I - receber e analisar as manifestações de cidadão que lhe for dirigida, em especial aquelas sobre:

a) sugestões, críticas, reclamações, elogios, solicitação de informação ou denúncia atinentes às atividades legislativa e administrativa da Câmara Municipal;

b) violação ou qualquer forma de discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

c) ilegalidades, atos de improbidade administrativa e abuso de poder;

II - disponibilizar as informações de interesse público;

III - divulgar seus serviços no cumprimento de seu papel institucional junto à sociedade:

IV - identificar problemas no atendimento ao usuário;

V - processar os pedidos de acesso à informação de que trata a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;



CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS-MG

CNPJ/MF: 20.571.501/0001-35

www.bonfinopolisdeminas.mg.leg.br

VI - registrar, classificar e controlar a tramitação interna das demandas recebidas por tema, assunto, datas de recebimento e resposta, bem como outras catalogações consideradas necessárias;

VII - atuar na prevenção e solução de conflitos envolvendo usuários dos serviços;

VIII - promover o intercâmbio de informações e manifestações com outras Ouvidorias;

IX - exercer suas atividades em estrita Observância às competências regimentais em vigor;

X - dar prosseguimento às manifestações recebidas;

XI - informar o cidadão ou entidade sobre a qual órgão deverá se dirigir, quando a manifestação não for de competência da Ouvidoria Legislativa;

XII - facilitar o amplo acesso do usuário aos serviços da Ouvidoria, simplificando seus procedimentos e orientando os cidadãos sobre os meios de formalização das manifestações a serem encaminhadas à Ouvidoria;

XIII - auxiliar a Presidência na tomada de medidas para sanar as violações das ilegalidades e os abusos constatados;

XIV - auxiliar a Presidência na tomada de medidas necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos e administrativos;

XV - acompanhar as manifestações encaminhadas por organismos da sociedade civil à Câmara Municipal; e

XVI - conhecer as Opiniões e necessidades da sociedade para sugerir à Câmara Municipal as mudanças por ela aspiradas,

§ 1º A ouvidoria encaminhará a decisão administrativa final ao usuário, observado o prazo de trinta dias, prorrogável de forma justificada, uma única vez, por igual período.

§ 2º Toda iniciativa proposta pela Ouvidoria terá ampla divulgação pelos órgãos de comunicação da Câmara Municipal.

§ 3º É responsabilidade da Ouvidoria Parlamentar:

I - elaborar o conteúdo da Carta de Serviços ao Usuário, nos termos previstos no art. 70 da Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017, com as respectivas atualizações; e

II - realizar a avaliação continuada dos serviços públicos da Câmara Municipal com divulgação dos respectivos relatórios, e encaminhamento para a Presidência da Câmara Municipal, observado o que dispõem os arts. 23 e 24 da Lei Federal nº 13.460, de 2017.

Art. 5º A Ouvidoria Parlamentar será composta por servidor designado para o cumprimento das atividades administrativas pertinentes, sob a coordenação de um Ouvidor-Geral, que será designado pelo Presidente da Câmara Municipal, dentre os vereadores da Casa, com o mandato de um ano, admitindo-se uma recondução.

§ 1º O Presidente da Câmara poderá designar um vereador como Ouvidor Substituto, que assumirá as funções do Ouvidor-Geral em seus impedimentos e ausências.



CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS-MG

CNPJ/MF: 20.571.501/0001-35

www.bonfinopolisdeminas.mg.leg.br

§ 2º O servidor designado na forma do caput deste artigo ficará responsável pelo gerenciamento técnico do Sistema de Informações ao Cidadão e atenderá às demais atribuições indicadas pelo Ouvidor-Geral, relacionadas ao funcionamento administrativo e operacional da Ouvidoria Parlamentar.

§ 3º Não poderá ser escolhido para exercer as atividades junto à Ouvidoria o servidor que tenha sido, nos últimos cinco anos:

I - responsabilizado por atos julgados irregulares, pelo Tribunal de Contas do Estado ou pelo Poder Judiciário;

II - punido por ato lesivo ao patrimônio público, em processo disciplinar, por decisão da qual não caiba recurso na esfera administrativa, em qualquer esfera de governo.

III - condenado em processo criminal:

- a) por crime contra o Patrimônio;
- b) por crime contra a Administração Pública;
- c) por crime contra o Sistema Financeiro Nacional; e
- d) por prática de ato de improbidade administrativa.

§ 4º O Servidor integrante da Ouvidoria que vier a ter, contra si, a aplicabilidade de qualquer das penalidades previstas no § 3º deste artigo ficará automaticamente destituído da função.

Art. 6º O Ouvidor-Geral, no exercício de suas funções, poderá:

I - requisitar informações ou cópias de documentos a qualquer órgão ou servidor da Câmara Municipal; e

II - solicitar a qualquer órgão informações e cópias de documentos necessários ao desenvolvimento de suas atribuições regimentais, através da Presidência da Câmara Municipal.

§ 1º Os órgãos internos da Câmara Municipal terão prazo de até vinte dias para responder as requisições e solicitações feitas pelo Ouvidor-Geral, prazo este que poderá ser prorrogado, a seu critério, em razão da complexidade do assunto.

§ 2º O não cumprimento do prazo previsto no §1º deverá ser comunicado ao Presidente da Câmara Municipal.

Art. 7º São atribuições exclusivas do Ouvidor-Geral:

I - exercer suas funções com independência e autonomia, visando garantir o direito de manifestação dos cidadãos;

II - recomendar a correção de procedimentos administrativos;

III - sugerir, quando cabível, a adoção de providências ou apuração de atos considerados irregulares ou ilegais;

IV - determinar, de forma fundamentada, o encerramento de manifestações;

V - manter sigilo, quando solicitado, sobre os dados dos usuários dos serviços da Ouvidoria;



CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS-MG

CNPJ/MF: 20.571.501/0001-35

www.bonfinopolisdeminas.mg.leg.br

VI - promover estudos e pesquisas objetivando o aprimoramento da prestação de serviços da Ouvidoria;

VII - solicitar à Presidência da Câmara o encaminhamento de procedimentos às autoridades competentes;

VIII - solicitar informações quanto ao andamento de procedimentos iniciados por ação da Ouvidoria;

IX - elaborar relatório trimestral e anual das atividades da Ouvidoria para encaminhamento à Mesa Diretora, disponibilizando-os para conhecimento dos cidadãos;

X - incentivar e propiciar aos servidores da Ouvidoria oportunidades de capacitação e aperfeiçoamento de suas atividades;

XI - propor ao Presidente da Câmara Municipal a celebração de convênios ou parcerias com entidades afins e de interesse da Ouvidoria; e

XII - propor ao Presidente da Câmara Municipal a elaboração de palestras, seminários e eventos técnicos com temas relacionados às atividades da Ouvidoria.

Parágrafo único. Todos os dados colhidos deverão ser mantidos em sigilo, pelo Ouvidor, inclusive após do exercício da sua função.

Art. 8ºA Câmara Municipal garantirá o acesso do cidadão à Ouvidoria por meio dos seguintes canais de comunicação:

I - acesso exclusivo à Ouvidoria por meio da página eletrônica da Câmara Municipal, na internet, contendo formulário específico para o registro de manifestações;

II - serviço de atendimento pessoal; e

III - recebimento de manifestações, por meio de correio, fax ou outro meio identificado para esse fim.

§ 1º A manifestação será dirigida à Ouvidoria Parlamentar e conterá a identificação do requerente.

§ 2º A identificação do requerente não conterá exigências que inviabilizem sua manifestação.

§ 3º São proibidas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da apresentação de manifestações perante a Ouvidoria.

§ 4º A manifestação poderá ser feita por meio eletrônico, correspondência convencional ou verbalmente, hipótese em que deverá ser reduzida a termo.

§ 5º No caso de manifestação por meio eletrônico, prevista no § 4º deste artigo, respeitada a legislação específica de sigilo e proteção de dados, poderá a Ouvidoria Parlamentar requerer meio de certificação da identidade do usuário.

§ 6º Será permitido o recebimento de denúncias que comportem o sigilo do denunciante, devendo ser mantida, sob guarda e segredo do Ouvidor-Geral, as informações recebidas, cabendo à Câmara disponibilizar uma sala específica para o atendimento presencial.



CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS-MG

CNPJ/MF: 20.571.501/0001-35

www.bonfinopolisdeminas.mg.leg.br

§ 7º Quando do recebimento da demanda, será gerado um número de protocolo a ser enviado para o cidadão para acompanhamento do processo de resposta.

§ 8º É assegurado ao cidadão a complementação das informações, caso, a seu juízo, sejam insuficientes.

§ 9º A quantidade de manifestações recebidas será controlada pelo Ouvidor-Geral, detalhando-as por elogios, denúncias, solicitações, reclamações e sugestões, sendo elaborado relatório de gestão, anualmente, pela Ouvidoria Parlamentar, para encaminhamento à Presidência e respectiva divulgação, até o dia 1º de janeiro do ano subsequente.

Art. 9º A Ouvidoria Parlamentar receberá e registrará as manifestações anônimas que pela descrição dos fatos forneçam indícios de procedência do fato denunciado.

Parágrafo único. Caso não haja indícios de procedência do fato denunciado, o Ouvidor-Geral deverá arquivá-la, fundamentando sua decisão, que será disponibilizada, para acesso público, no canal da Ouvidoria Parlamentar, junto ao site da Câmara Municipal.

Art. 10. A Presidência da Câmara Municipal assegurará autonomia à Ouvidoria Parlamentar, mediante apoio logístico, tecnológico, administrativo e operacional necessários ao desempenho de suas atividades.

Art. 11. A Mesa da Câmara Municipal editará os atos necessários a fiel execução das medidas previstas na presente Resolução, por meio de Deliberação da Mesa.

Art. 12. Subsidiariamente ao disposto nesta Resolução, serão observadas:

I - a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

II - a Lei federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017; e

III - o Regimento Interno da Câmara Municipal de Bonfinópolis de Minas.

Art. 13. Esta Resolução entra em Vigor na data sua publicação.

Bonfinópolis de Minas, 18 de maio de 2026.

JOCA PALMA
Presidente

ZÉ LÚCIO
Vice-Presidente

DILSÃO
Primeiro-Secretário

PROFESSOR GLAUBER LOSCHA
Segundo-Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS-MG

CNPJ/MF: 20.571.501/0001-35

www.bonfinopolisdeminas.mg.leg.br

JUSTIFICATIVA

Submetemos à apreciação desta Egrégia Casa Legislativa o presente Projeto de Resolução que dispõe sobre a criação, estruturação e funcionamento da Ouvidoria Parlamentar da Câmara Municipal de Bonfinópolis de Minas, instrumento destinado ao fortalecimento da transparência pública, da participação popular, do controle social e da modernização administrativa do Poder Legislativo Municipal.

A proposta encontra amparo direto nos princípios constitucionais da Administração Pública previstos no artigo 37 da Constituição da República, especialmente os princípios da legalidade, publicidade, eficiência e moralidade administrativa, além de concretizar mecanismos institucionais de participação democrática e aproximação entre o Poder Legislativo e a sociedade.

Destarte, a criação da Ouvidoria Parlamentar atende, ainda, às diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e pela Lei Federal nº 13.460/2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos, normas estas de observância obrigatória por todos os entes e Poderes da Administração Pública.

Com efeito, a Lei Federal nº 13.460/2017 estabelece expressamente, em seus artigos 13 e seguintes, a necessidade de existência de canais permanentes de recebimento, tratamento e resposta às manifestações dos usuários dos serviços públicos, compreendendo reclamações, sugestões, elogios, denúncias e solicitações. Da mesma forma, o artigo 7º da referida legislação prevê a elaboração e manutenção da Carta de Serviços ao Usuário, enquanto os artigos 23 e 24 impõem a avaliação continuada da qualidade dos serviços públicos prestados.

Por sua vez, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais tem reiteradamente orientado os órgãos públicos municipais quanto à necessidade de implementação de mecanismos efetivos de transparência, participação social e atendimento ao cidadão, especialmente em relação ao cumprimento da Lei de Acesso à Informação, da transparência ativa e da governança pública.

No âmbito do Programa Nacional de Transparência Pública — executado pelos Tribunais de Contas em todo o país — a existência de Ouvidoria estruturada, acessível e funcional constitui importante critério de avaliação dos Portais da Transparência e dos mecanismos de governança institucional dos órgãos públicos.

Além disso, o entendimento consolidado do TCE-MG é no sentido de que a Ouvidoria Pública representa relevante instrumento de controle interno, prevenção de irregularidades, melhoria da gestão administrativa e fortalecimento da legitimidade institucional dos órgãos públicos perante a sociedade.

Portanto, a presente proposição não constitui mera inovação administrativa facultativa, **mas verdadeira medida de adequação institucional às modernas exigências de governança pública, transparência administrativa e efetividade do controle social.**



CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS-MG

CNPJ/MF: 20.571.501/0001-35

www.bonfinopolisdeminas.mg.leg.br

Sob o aspecto político-institucional, a criação da Ouvidoria Parlamentar representa importante avanço democrático, permitindo que o cidadão disponha de canal permanente, acessível e institucionalizado para encaminhamento de manifestações relacionadas às atividades legislativas e administrativas da Câmara Municipal.

A medida fortalece a relação entre o Poder Legislativo e a população, amplia a participação popular na gestão pública e contribui para o aperfeiçoamento contínuo dos serviços prestados pela Câmara Municipal.

Importante destacar que a estrutura proposta observa os princípios da economicidade e da responsabilidade administrativa, uma vez que não implica criação desnecessária de cargos públicos permanentes, aproveitando a estrutura administrativa já existente e prevendo designação de servidor para as atividades operacionais e administrativas da Ouvidoria.

A proposição também estabelece critérios técnicos e mecanismos de proteção institucional compatíveis com as boas práticas de governança pública, incluindo: (i) garantia de sigilo e proteção ao denunciante; (ii) controle de tramitação das manifestações; (iii) emissão de relatórios periódicos; (iv) integração com a Lei de Acesso à Informação; (v) padronização dos canais de atendimento; (vi) observância da proteção de dados pessoais; e (vii) mecanismos de responsabilização e integridade institucional.

Trata-se, portanto, de iniciativa que fortalece a transparência pública; a eficiência administrativa; a legitimidade institucional da Câmara Municipal; o controle social; a prevenção de irregularidades e a aproximação entre o Poder Legislativo e a sociedade.

Diante da relevância da matéria e do inequívoco interesse público envolvido, contamos com o apoio dos nobres Vereadores para aprovação do presente Projeto de Resolução.

JOCA PALMA
Presidente

ZÉ LÚCIO
Vice-Presidente

DILSÃO
Primeiro-Secretário

PROFESSOR GLAUBER LOSCHA
Segundo-Secretário